

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ARQUITETURA E
URBANISMO - NEPAU**

ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS PARA CULTURA E FOLCLORE ARCHITECTURAL SPACES FOR CULTURE AND FOLKLORE

Cíntia de Paula Cardoso*
Antonio Manuel Nunes Castelnou**

RESUMO:

Neste artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, procura-se apresentar algumas considerações sobre concepção e projeto de espaços culturais, uma vez que os mesmos se constituem em pontos de referência fundamentais para a vida urbana, atuando como focos de cultura e lazer. Proposta a introdução a este tema, procura-se então destacar, principalmente, os pontos fundamentais de discussão a respeito do desenvolvimento, produção e difusão da cultura e do folclore nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Projeto; Cultura; Folclore.

ABSTRACT:

In this article, through bibliographic revision, we intend to present some considerations culture spaces conception and project, showing that they constitute fundamental reference spots to urban life, acting as culture and leisure foci. Proposed as an introduction to this subject, the intention is mainly to emphasize the fundamental points of discussion about culture and folklore development, production and propagation in these times.

KEY WORDS: Architecture; Architectural Project; Culture; Folklore.

INTRODUÇÃO

Nos tempos contemporâneos, as atividades culturais devem ser consideradas como aspectos fundamentais da vida cotidiana, uma vez que são capazes de abrir novos caminhos de interesses intelectuais e, deste modo, contribuir, de forma essencial, para o autodesenvolvimento de cada indivíduo. É a partir do acesso à informação e ao conhecimento que existirão pessoas com maior possibilidade de crescimento pessoal, técnico e profissional; e, conseqüentemente, dotadas de maior consciência e responsabilidade perante os demais membros da sociedade. Assim, somente através da disseminação da cultura, é possível combater o preconceito e a desigualdade social, baseando-se na dignidade e no respeito que devem sempre existir nas relações entre todos os homens.

Paralelamente, surge a problemática, fundamentada na característica comum dos novos tempos, de haver a tendência de grande parte da população para convergir para os centros urbanos, provocando o enchimento descontrolado das cidades, acelerando os processos de urbanização e causando graves deficiências nos campos de transporte, saneamento, lazer e infra-estrutura, com rebatimentos inevitáveis nas áreas da saúde, educação e segurança, entre outras. Todo

* Acadêmica (em 2002) do 5º. ano do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil. Realizou seu *Trabalho Final de Graduação – TFG* na área de Projeto de Edificações intitulado “Anteprojeto de Módulos Culturais de Bairro para a Cidade de Londrina-PR”.

**Docente na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da UniFil. Orientador do TFG. Arquiteto e engenheiro civil. Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – EESC/USP. Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR

esse universo e os problemas a ele relacionados conduziram ao presente artigo – um resumo da fundamentação teórica do Trabalho Final de Graduação – TFG –, que pretende, de modo geral, apontar as relações existentes entre arquitetura e cultura, através da discussão de alguns pontos de tangência, em especial no que se refere à concepção e projeto de espaços voltados à produção e disseminação da cultura, tanto a nível erudito como popular.

Dado à necessidade de lançar alternativas que auxiliem os sistemas educacionais da contemporaneidade, os quais vêm seguindo uma tendência de descentralização dos serviços públicos, objetiva-se, a partir da criação de novos espaços arquitetônicos, instituir melhorias nas condições de acesso à informação e à cultura para maiores parcelas da população. Desta maneira, de modo mais específico, pretende-se apresentar um resumo da conceituação teórica, a qual possibilitou a proposta do que aqui se denominou de *Módulos Culturais de Bairro*, que funcionariam como uma espécie de centros de convivência e apoio a pesquisas escolares, voltados para a população carente da cidade de Londrina-PR. Além de uma tentativa de polimerização dos conhecidos centros culturais urbanos, a meta também é atender a novos setores populacionais, que não se restringem somente às parcelas da elite intelectual.

O QUE É CULTURA

Basicamente, pode-se dizer que a questão cultural fundamenta-se na preocupação contemporânea em se entender as diversas direções que levaram às relações presentes e às perspectivas futuras dos cidadãos, tendo portanto bases antropológicas e sociológicas que abrangem vários conceitos. Nascida com o homem, a *cultura* sofreu grandes modificações ao longo do tempo, enriquecendo-se de novos elementos e adquirindo valores originais; ou ainda, sofrendo o desaparecimento de outros valores. Ela faz parte de um processo social, da vida em sociedade, não sendo apenas um conjunto de práticas e concepções, mas sim um produto coletivo de todas as maneiras de existência humana. Através de seu estudo, pode-se chegar a uma firme base sobre o respeito e a dignidade existentes nas relações entre os homens, combatendo aspectos tais como o preconceito e a desigualdade social.

Para SANTOS (1983), o conceito de cultura passou por muitas transformações registradas na história e, deste modo, sempre se relacionou com a humanidade em toda a sua riqueza e complexidade de formas de existência. Segundo CHAUI (1996), a palavra “cultura” tem sua origem no verbo do latim *colere*, o qual significava, originalmente, o cultivo e os cuidados com as plantas, os animais; ou ainda, a tudo que se relacionava com a terra. Mesmo hoje, agricultura significa o que se faz extensiva ou intensivamente, explorando a riqueza do solo. Contudo, com o decorrer do tempo, o termo passou a se relacionar também ao cuidado com crianças e sua educação. De maneira análoga, na antiguidade, a palavra também era utilizada para se referir ao trato com os deuses, ou seja, o culto e a celebração.

Esses significados foram ampliados pelos antigos romanos, passando a palavra cultura a se referir também ao refinamento pessoal, conforme a expressão “cultura da alma”. Desde então, conforme SANTOS (1983), é sinônimo do refinamento, sofisticação e educação elaborada de um indivíduo, estando assim muito vinculada com o estudo, manifestações artísticas e, mais tarde, os meios de comunicação de massa. Seguindo esta idéia, a partir do final da Idade Média, o conceito de cultura transformou-se na descrição de um conhecimento dominante nos estados naci-

onais que se formavam na Europa. Assim, nascia a cultura voltada para o conhecimento oficial, ao qual apenas as classes dominantes tinham acesso: a *cultura erudita*. Paralelamente, surgia a concepção de um tipo de conhecimento pertencente à maior parte da população – um saber que se supunha inferior, atrasado e que, aos poucos, passou a ser entendido como uma forma válida de cultura: a *cultura popular*.

De maneira segura, a cultura erudita desenvolveu um espaço próprio, através da filosofia, da ciência e do saber produzido nas universidades, academias e ordens profissionais, enquanto a cultura popular seria mais uma tentativa de classificar as manifestações culturais das populações mais pobres de uma sociedade, que são distintas da cultura dominante e estão fora de suas instituições. Para KUPTAS-CAMPOS (1988), de acordo com conceitos contemporâneos, a idéia de cultura adquiriu também outras duas subdivisões: a cultura criadora, a qual seria inventiva, acabando com padrões reconhecidos e sendo vista como uma *cultura de vanguarda*, criada por artistas e intelectuais ligados a academias e universidades; e a *cultura de massa*, esta diretamente relacionada à indústria de consumo, à sociedade de massa e à multimídia; e que surgiu em resposta ao avanço tecnológico e aos meios de comunicação de massa, após a *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), acabando por produzir bens de consumo provindos da chamada *indústria cultural*.

No século XVIII, Raymond Williams dizia que a cultura tinha certa relação com o termo “civilização”, o qual se originou do verbo latino *civis*, ligado a *civitas*, que se referia o civil, como sendo um homem educado. Como civilização também se relaciona com uma fase de desenvolvimento e ideologia de progresso, com a evolução dos tempos, o termo “cultura” acabou se tornando um medidor que também analisa, compara e classifica as diversas civilizações. SANTOS (1983) diz que cultura e civilização seriam quase que sinônimos, embora se prefira o termo “civilização” para usualmente se fazer referência a sociedades poderosas, de extensa tradição histórica e de grande influência, enquanto o termo “cultura” é usado não somente para falar em sociedades, mas também para se referir a grupos no seu interior – ao contrário de civilização, de significado mais universal.

Mesmo que existam tendências gerais constatáveis na história das sociedades, não é possível estabelecer seqüências fixas detalhadas das fases de cada realidade cultural do passado. Na verdade, cada cultura tem sua história particular, além das próprias relações com outras culturas, as quais podem ter – e geralmente têm – características bem distintas. De acordo com a NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA (1998), a cultura faz parte de todos os povos, inclusive os mais primitivos, sendo transmitida através do tempo, de geração para geração, e sendo uma espécie de herança que o homem recebe ao nascer, tais como as lendas, as crenças religiosas, os mitos, os sistemas jurídicos e os valores éticos referentes ao comportamento, sentimento e pensamento; e que compõem, assim, o patrimônio cultural de um determinado povo.

Segundo o antropólogo inglês Edward B. Tylor (1831-1917), cultura consistiria em um complexo no qual estariam incluídos conhecimentos, crenças, artes, leis, costumes, conceitos morais e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Já na opinião do antropólogo norte-americano Melville J. Herskovitz (1895-1963), a cultura originar-se-ia de fatores ligados ao homem, tais como meio ambiente, psicologia, sociologia, antropologia e história, os quais contribuiriam na formação da cultura dentro de uma sociedade, que deverá ser aprendida, de modo estruturado e dinâmico. Assim, ocorreria um acúmulo cultural de conhecimentos que estariam abertos para aperfeiçoamentos contínuos, de maneira nem sempre perceptí-

veis, mas que serviriam de instrumentos de adaptação do homem ao ambiente. Por sua vez, no século XX, Ashley Montagu, um antropólogo e biólogo social inglês, afirmou que cultura corresponderia à maneira de cada povo se adaptar ao ambiente, dentro de um território comum, construindo idéias, instituições, linguagens, serviços e sentimentos.

A cultura, mesmo estruturada, cumulativa e contínua, pode ser dividida e assim classificada. Os elementos que a integram não dominam uns aos outros, mas ajudam a compreendê-la em seu funcionamento. Uma das classificações de cultura mais aceitas partiu do sociólogo inglês William F. Ogburn, que, em 1922, a dividiu em *cultura material* e *cultura não-material*: a primeira consistiria em todos os elementos capazes de uma representação objetiva, em objetos ou fatos; enquanto que a segunda compreenderia tudo que é feito pelo ser humano, nem sempre traduzido em objetos concretos, tais como idéias e concepções. Conforme o DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA GLOBO (1977), a cultura material (ergológica) abrangeria o conjunto de todas as objetivações materiais (artefatos) e a cultura não-material (espiritual) consistiria em todas as maneiras de sentir, pensar e agir, segundo padrões socialmente aprovados. Já OUTHWAITE-BOTTOMORE (1996) diz que a cultura material referir-se-ia a tudo feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva. Por sua vez, a cultura não-material seria feita de símbolos e palavras, bem como de idéias e crenças que modelam e informam a vida do homem em relação recíproca com a sociedade. Dessas idéias, as mais importantes seriam as atitudes, as crenças, os valores e as normas sociais.

Há ainda outras classificações de cultura, como a do antropólogo norte-americano Ralph Linton (1893-1953), que, de acordo com a NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA (1998), acreditava que os fatos culturais resultariam das necessidades do ser humano; estas divididas em: *necessidades biológicas*, onde estariam todos os fatos que corresponderiam à vida física, tais como alimentação, habitação e vestuário, entre outros; *necessidades sociais*, ligadas à reunião de todos os fatos ligados com a vida em sociedade, tais como educação, organização política e outros; e *necessidades psíquicas*, que compreenderiam todos os fatos que representam a demonstração de pensamentos humanos, tais como crenças, estéticas, etc. Por sua vez, o já citado Melville J. Herskovitz distribuía a cultura em quatro instâncias de elementos: a cultura material e suas sanções; as instituições sociais; o homem e o universo; e estética e linguagem.

Contudo, para ULLMANN (1991), a cultura também pode ser classificada em: *cultura subjetiva*, esta entendida como o aprimoramento individual das faculdades mentais superiores do homem, tais como inteligência, memória e vontade; e *cultura objetiva*, esta referenciada como modo de vida, incluindo os padrões de comportamento de grupos humanos, as crenças, os valores e todo esse conjunto elaborado pelos homens que vivem em sociedade. Quanto à transmissão cultural, pode-se dizer que, segundo a NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA (1998), o homem é sempre o portador da cultura e, portanto, somente ele a cria, a possui e a transmite. Sendo uma herança recebida ao nascer, é ela que trará uma série de influências na maneira de se alimentar, vestir, dormir ou mesmo falar, e assim por diante. Porém, à medida que vai crescendo, o ser humano recebe novas influências do grupo em que vive, de modo a se integrar na sociedade.

É correto dizer que o ser humano pode ser considerado, tanto agente como paciente da cultura. Ainda conforme ULLMANN (1991), "...o homem cria a cultura; esta, por sua vez, é criadora do homem". Enfim, todo ser humano que vive em sociedade sofre um lento ajustamento à vida social, administrado por costumes e valores culturais deixados e transmitidos pela tradição.

Tradição, segundo CASTELNOU (1999), seria o conjunto de precedentes culturais conhecidos e de uso consagrado, parcialmente repetidos ou modificados, consistindo em uma espécie de soma das regras, costumes e modificações recolhidos ao longo do tempo e transmitidos através das gerações. Trata-se, assim, do produto da destilação e da combinação de muitas experiências culturais que deram certo, ou seja, um ressurgir contínuo e fluente do aprendizado de uma geração nas experiências das gerações seguintes. Deste modo, denomina-se *tradicional* o costume ou prática cultural de há muito reconhecido como válido. Uma tradição cultural nunca é estática: ela se renova dia-a-dia, estando assim em lenta e eterna mudança; e não impondo restrições ao trabalho da criação artística. A destruição não pode criar novas formas culturais: a tradição é para ser entendida e respeitada – e não para ser copiada –, constituindo-se em um ideal a ser descoberto por cada indivíduo.

CULTURA POPULAR E FOLCLORE

A esta altura, vale voltar ao tema sobre a *cultura popular*, cuja complexidade conceitual engloba várias subdivisões e questionamentos. Conforme BIDERMAN (1992), cultura popular seria toda aquela que não poderia ser chamada de *erudita* ou *oficial*. Logo, poderia se ramificar em diversos termos, tais como o primitivismo (tradições mantidas), o comunitarismo (espírito coletivo) e o purismo (ingenuidade diante do mundo novo). De acordo com JOHNSON (1997), a expressão referir-se-ia a um repertório acumulado de produtos culturais – entre eles, a música, a literatura, a arte, a moda, o rádio, o cinema e a televisão – que seriam consumidos, principalmente, por grupos da chamada *não-elite*, tais como as populações operárias, os setores mais baixos da sociedade ou mesmo um segmento substancial da classe média.

Em termos filosóficos, a cultura popular pôde ser analisada através de dois pontos de vista distintos: a *Escola de Frankfurt* argumentava que a cultura popular seria banal, homogeneizada e comercializada, entorpecendo a mente das pessoas, tornando-as passíveis e fáceis de manipular; enquanto os sociólogos britânicos diziam que ela seria um veículo para a rebelião contra a cultura dos grupos dominantes, sendo assim um espaço cheio de diversidade e conflito social. Para os ingleses, a cultura popular não seria passivamente absorvida pelas classes baixas, adolescentes, negros, mulheres ou outros grupos subordinados, mas sim desempenharia o papel de reproduzir neles a visão do que seriam suas vidas.

Desse modo, é importante saber distinguir a cultura popular da *cultura de massa* que, embora semelhante à anterior, pelo fato de também atingir de maneira bastante ampla grande quantidade da população nas sociedades modernas, possui características distintas. De acordo com OUTHWAITE-BOTTOMORE (1996), a cultura de massa seria marcada pela ausência do caráter reflexivo e da sofisticação da cultura elevada, possuindo, na verdade, um caráter direto e também a simplicidade das culturas populares, mas não sendo autônoma como estas, já que necessitaria da produção e distribuição pelas mãos das elites capitalistas. Baseada na massificação de gostos e conceitos, seus críticos elitistas referem-se a uma cultura que seria acessível às massas iletradas, buscando agradar os sentimentos e emoções menos nobres. Logo, tratar-se-ia de uma cultura sentimental e superficial, que, ao invés de promover conhecimento e ação, intensificava a alienação e a manipulação social.

Conforme SANTOS (1983), a *indústria cultural* seria o núcleo dessa cultura de massa, sendo capaz de homogeneizar a visão de mundo das diversificadas populações que formam essas sociedades contemporâneas, rompendo barreiras de classe social e, assim, facilitando o controle das massas. Transmitida através dos chamados *mass media* – meios de comunicação como a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão –, não se baseia somente em informações ou mensagens de noticiários, mas principalmente na difusão de modos de se comportar, propondo estilos de vida, modos de se vestir, maneiras de falar, de escrever, de pensar, de sonhar e de amar. Se por um lado, a denominada *cultura industrial* tende à produção da alienação do homem através do reforço de normas sociais não discutidas e do desencorajamento do debate sobre as questões vitais da sociedade, seu dinamismo é capaz de gerar efeitos sociais além dos previstos, produzindo uma forma cultural despreziosa e sincera, complementar às formas tradicionais.

Paradoxalmente, segundo CASTELNOU (1999), alguns defendem que a maior característica da indústria cultural seria o fato dela consistir em um primeiro processo democratizado da cultura, portanto instrumento privilegiado no combate à alienação. Assim, pode-se dizer que seus produtos serão bons ou maus – alienantes ou reveladores –, conforme a mensagem, eventualmente, por eles veiculados. Assim, ela teria duas funções concomitantes: a *função narcotizante*, pois enfatizando o divertimento em seus produtos, mascara realidades intoleráveis e fornece ocasiões da fuga da realidade; e a *função transformadora*, pois beneficia o desenvolvimento humano, como, por exemplo, acelerando o processo de aprendizado das crianças ou promovendo alterações positivas no comportamento ético.

De acordo com OUTHWAITE-BOTTOMORE (1996), a *cultura da juventude* seria distinta da cultura dominante ou erudita, pois se relacionaria mais a símbolos, crenças e comportamentos singulares dos jovens da sociedade contemporânea. Esta expressão poderia representar tanto os valores e normas da população jovem em geral, como também expressar a ideologia e práticas de subgrupos juvenis, tais como grupos subculturais ou contraculturais. Esclarecendo melhor: as *subculturas* aceitariam alguns dos valores do sistema predominante, mas também expressariam a sua própria cultura, sendo esta constituída por artistas e escritores de vanguarda, delinquentes juvenis, guangues, boêmios e centros de jovens autônomos – grupos que se retiram da sociedade. Já a *contracultura* seria uma subcultura que desafiaria a cultura e a sociedade dominante, sendo representada por grupos mais contestadores e confrontantes, participantes de atividades políticas rebeldes, tais como *hippies*, *punks*, *skinheads* e outros.

Na opinião do sociólogo norte-americano Talcott Parsons (1902-1979), a modernização, a industrialização, a urbanização, a ascensão da classe média e a ampliação da educação pública estimularam a segregação com base na idade e estagnação da juventude. Através da história moderna, as culturas jovens se formaram, separadas ou ligadas a movimentos jovens que defendiam mudanças políticas ou outros ideais. Paralelamente, os avanços tecnológicos, as comunicações rápidas, a comercialização e a globalização da última metade do século XX, têm facilitado, em escala mundial, a propagação de atividades relacionadas à juventude. Por sua vez, a cultura da juventude pode vir a motivar alterações no comportamento de jovens, pelas necessidades de formação de identidade, autodeterminação, experiências psicossociais, auto-afirmação, ou ainda, traços de personalidade, desejo de romper o convencional ou busca de risco. Sendo, às vezes, chamada de *cultura generalizada* ou *pop*, não quer dizer um rompimento significativo com a sociedade adulta, mas a criação e adoção de estilos próprios de roupa, linguagem, expressão

artística, práticas sexuais e comunidades. Para alguns, o conceito positivo da cultura juvenil significaria o desenvolvimento nos jovens do desejo de criar um mundo melhor para sua geração; para outros, consistiria em uma falha da sociedade adulta. De qualquer maneira, concorda-se quanto à sua existência e os impactos que pode exercer sobre a sociedade contemporânea.

De modo geral, pode-se dizer que o conhecido *folclore* estaria incluído na cultura popular pela sua relação com as formas de pensar, agir e sentir de um povo, preservado por tradições populares, sem a influência direta do erudito. Segundo BRANDÃO (1982), o termo veio da fusão de duas palavras anglo-saxônicas – *folk* (gente, povo) e *lore* (cultura, saber) – o que resultou no significado básico de *saber tradicional do povo*, expressão que apareceu pela primeira vez em uma carta do inglês William John Thoms, em Londres, 1856. Hoje em dia, considera-se folclore como a ciência das tradições, usos, crenças, lendas, canções e literatura popular, cuja área vem ultimamente sendo alargada a outros e diversos conhecimentos. Entretanto, ainda não existe grande concordância no tocante ao campo de atividades do folclore, que alguns teóricos restringem à cultura espiritual; outros à simples literatura oral; enquanto muitos o ampliam também às manifestações da cultura material.

Foram os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm, nos seus trabalhos *Deutsche sagen* (Lendas alemãs), de 1816/18, e *Kinder-und hausmärchen* (Contos de fadas e infantis), de 1812/14, que chamaram a atenção para o valor da literatura oral e seu amplo significado na psicologia dos povos. Assim, no século XIX, depois que o romantismo realçou sua importância e que o arqueólogo inglês William J. Thoms propôs, em um artigo publicado pela revista *Athenaeum*, de Londres, em 22 de agosto de 1856, que se chamassem essas “antiguidades populares” com as duas raízes saxônicas FOLK (povo) e LORE (sabedoria), que os estudos, as pesquisas, as indagações e as projeções do folclore começaram a interessar ao mundo científico de todos os países. Em 1878, fundou-se em Londres a *Folk-Lore Society*. Na França, aparecia a primeira revista *Mélusine* (1875), a qual promoveu o primeiro congresso internacional de folclore, em Paris, 1889. Nos EUA, fundou-se a *American Folklore Society*, em 1888. A palavra foi, a princípio, recebida com certas reservas, sendo propostas várias outras, mas terminado por se impor, sendo hoje de aceitação universal, embora os alemães ainda insistam na denominação *Volkskunde*.

Como ciência social que estuda a cultura do homem, através da história de suas manifestações populares e tradicionais, o estudo do folclore é usado tanto em geral como no contexto da sociedade onde vive cada homem. Sua análise e importância têm sido assinaladas desde a antiguidade até os dias de hoje, realçando o valor das lendas, contos e fábulas na cultura de uma comunidade. Conforme RAMOS *apud* BRANDÃO (1988), o folclore seria uma subdivisão da antropologia cultural, a qual viria estudar todos os aspectos da cultura de qualquer povo, relacionando-se com a literatura tradicional, que aqui incluiria mitos, adivinhas, músicas, poesias e provérbios, além da sabedoria tradicional e anônima. Ele estaria incorporado aos costumes de uma comunidade, sendo passado de uma geração a outra e, por este motivo, alheio a modismos. Ao contrário do que ocorre na cultura erudita ou popularizada através dos meios de comunicação de massa – onde os produtos culturais possuem padrões de pequena duração –, o folclore, quando renovado para se adaptar a novos contextos ou por iniciativa de seus participantes, ainda mantém, por muito tempo, os mesmos elementos dentro de uma mesma estrutura.

Até finais do século XVIII, seu âmbito não ultrapassava o conjunto de danças, contos, sagas ou peças de artesanato que tinham determinado povo como produtor. Foi somente a

partir do início do século XIX que alguns estudiosos começaram a valorizar as criações populares, tais como a música e a poesia, nas quais encontravam uma profundidade e rigidez semelhantes à da arte acadêmica. Conforme BRANDÃO (1988), o inspirador dessa corrente foi o inglês Albert Lard, que aplicou suas conclusões aos estudos e poemas populares. De modo análogo, os artistas literatos, tais como pintores, músicos, poetas e arquitetos, também se inspiraram em motivos folclóricos. Assim, com a fixação dos problemas do folclore desde logo, notou-se a tendência de alargar seu campo de ação, e os norte-americanos já incluíam os “produtos” primitivos, quando a idéia inicial, defendida pelo francês Saintyves, era a de que o folclore só existia nas classes populares das sociedades civilizadas. Hoje, a tendência mundial é para incluir no estudo também o *folclore urbano*.

EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS

Atualmente, para se entender um espaço cultural é preciso compreender a sociedade de consumo e a cultura de massa. Além disso, é interessante analisar as evoluções pelas quais passaram esses espaços ao longo dos tempos, além das conseqüências dessas mudanças. Segundo GRAEFF (1986), o número de edifícios culturais construídos hoje e a variedade de necessidades que eles devem atender são muito grandes. Além disso, em diversas partes do mundo, vem ocorrendo uma fase de grandes transformações nas necessidades contemporâneas, período este que já dura quase dois séculos. Desta forma, fica difícil dizer o que é típico e estável. Mesmo assim, o que se poderiam considerar típico seriam os edifícios que, de alguma maneira, adquiriram na história da humanidade maior importância e significado para a sociedade.

152

Pode-se dizer que os edifícios destinados a atender às preocupações de ordem social e cultural da sociedade contemporânea em constante transformação, começaram a se multiplicar a partir da segunda metade do século XVIII e, principalmente, durante o século XIX, com o decorrer das primeiras etapas da *Revolução Industrial* na Europa. No plano do lazer e da cultura, por exemplo, adquiriram um novo significado e importância as bibliotecas, os museus, os teatros, as salas de concertos, os auditórios e os cinemas, entre outros.

Basicamente, as *praças* podem ser consideradas como um dos primeiros espaços que surgiram para as manifestações culturais, caracterizando-se como lugares de concentração de pessoas, nos quais ocorriam grandes e importantes atividades urbanas, permitindo às pessoas se encontrarem e se comunicarem, fazendo comércio de mercadorias, trocando informações e idéias. Desde as eras antiga e medieval, estes foram os locais em que também aconteciam as festas populares, as manifestações artísticas e as decisões políticas. Portanto, as praças eram – e, em alguns casos, pode-se dizer que ainda são – os espaços onde se refletiam, através das atividades ali realizadas, a vida social, política, comercial e ideológica de um povo, expondo e desenvolvendo a cultura de uma cidade.

Um importante exemplo de praça está caracterizado pelas *ágoras* gregas, existentes na Antigüidade, as quais serviam de suporte à estrutura moral e política das cidades, refletindo a concepção democrática dos gregos, uma vez que serviam de palco para as manifestações das idéias dos cidadãos. Por sua vez, os *fóruns* romanos inspiraram-se muito nas ágoras, diferenciando-se das primeiras pelo fato de, além das atividades civis e comerciais, permitirem as atividades religiosas. Já na Baixa Idade Média, a praça transformou-se no “coração” da cidade, cercada por muitas casas e ruas de comércio.

Em uma breve análise da cidade brasileira, segundo MARX (1980), pode-se dizer que, no Brasil, as praças demoraram a surgir, sendo antecedidas em suas funções de aglomeração e convivência urbana pelos antigos largos, ou ainda pelos adros das primeiras igrejas. Hoje em dia, a praça em nosso país mudou suas características, mantendo sua função de encontro e reunião de pessoas, mas passando a reunir também as atividades lúdicas – como um produto saudável do lazer, cujo estudo seria bastante interessante. Contudo, tendo-se em vista que o principal objetivo deste trabalho baseia-se em um enfoque voltado aos espaços edificados, não se deve, a partir deste ponto, fazer maiores considerações a respeito de praças, mas sim abordar a evolução de outros espaços de transmissão cultural, tais como os museus, as bibliotecas e os teatros. Estes são, deste modo, compreendidos como os antecessores históricos dos espaços culturais por excelência, cujo desenvolvimento acelerou-se após o industrialismo, permitindo o surgimento dos chamados *centros culturais* que, em sua essência, nada mais são do que locais onde haveria a concentração de diversas opções para a produção, exposição e difusão da cultura.

A palavra “museu” tem sua origem no termo grego *mouseion*, que designava o templo das musas. A NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA (1998) define *museu* como sendo toda instituição pública ou privada que se dedicaria a reunir, classificar e expor coleções de obras, objetos e documentos de interesses históricos, técnicos, científico ou artístico, preservando e oferecendo o acervo ao público, que poderia utilizar como objeto de estudo ou contemplação. Os museus possuiriam conjuntos permanentes de obras, as quais poderiam ser classificadas em vários gêneros e naturezas, enquanto que as galerias poderiam ser distinguidas deles por permitirem exposições itinerantes ou temporárias, além de possuírem dimensões mais resumidas.

Conforme GRAEFF (1986), o *Museu de Alexandria* pode ser considerado o mais antigo local deste gênero, criado a partir da inspiração na política helenizante de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.); embora possuísse, também, as características de uma biblioteca e centro de estudos avançados, especialmente sobre a *cultura helenística*. Por sua vez, os romanos costumavam organizar mostras, nas quais exibiam os “troféus” conquistados nos saques de outras terras, embora não tenham criado nenhum edifício para esse fim. Já a Igreja Católica, no período medieval, criou locais de preservação para as relíquias eclesiásticas. No entanto, esses espaços somente tinham o objetivo de adoração desses objetos sacros, e não de estudo da atividade e cultura humanas. Logo, não se caracterizavam exatamente como museus, como se compreende hoje em dia.

No século XIV, o hábito de colecionar objetos acabou mudando de valor, adquirindo uma conotação mais material do que motivações culturais ou científicas, como as da elite do mundo feudal. Assim, encontram-se as origens mais recentes dos museus, justamente, nas coleções que se formaram no final da Idade Média e início do Renascimento. Foi a partir da segunda metade do século XV que a palavra “museu” adquiriu seu sentido atual, o qual foi aplicado primeiramente à coleção dos *Médici*. Entretanto, tal concepção ainda entendia o museu como um local fechado à visitação pública, já que, embora significasse uma seleção e reunião de objetos de interesse artístico, não permitia o acesso à cultura, que permanecia nas mãos da aristocracia.

Segundo a GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL (1998), somente no final do século XVIII surgiu o conceito de museu como reunião de objetos artísticos, científicos e técnicos em local aberto ao público. Embora o *British Museum* tenha sido criado em 1753, em Londres, considera-se o *Musée du Louvre* o primeiro museu nacional europeu, aberto ao

público em 1793. Em seguida, criaram-se os museus históricos, de ciências e de técnicas, tais como o *Museu de História Natural* e o *Conservatório Nacional de Artes e Profissões*, em 1794, Paris. Mais tarde, apareceram os museus de artes decorativas, tais como o *Victoria and Albert Museum*, fundado em 1852, em Londres. Depois, vieram os de folclore e etnologia, como o *Skansen Museum*, em 1891, Estocolmo.

Entretanto, esse desenvolvimento provocou críticas em relação à finalidade e papel de conservação, consagração e legitimidade de obras. Assim, a partir de 1945, instituiu-se uma nova orientação, tanto nos museus tradicionais, quanto nos espaços modernos. Adquirindo maior dinamismo, o museu acabou estabelecendo um contato direto com a criação contemporânea em todas as suas manifestações, tornando-se, deste modo, um centro ativo de informação, comunicação, animação e educação. Conforme GRAEFF (1986), durante os decênios seguintes, ocorreu uma multiplicação de museus e galerias de arte. Enquanto todos os centros urbanos de alguma importância passaram a aspirar em ter o seu museu, nas capitais e metrópoles contemporâneas, multiplicavam-se também as galerias especializadas.

Por muito tempo, os museus foram instalados em antigos palácios e outras grandes moradas, adaptadas para o novo uso. Já as primeiras construções especialmente projetadas para esse fim eram inspiradas em estilos históricos, uma vez que se pensava conferir dignidade e nobreza, desejáveis para esse tipo de edifício. Portanto, se a arquitetura museológica permaneceu por muito tempo historicista, as inovações e desenvolvimentos dos museus deram-se principalmente na organização, procurando-se sempre expor as peças da melhor maneira possível. A partir da segunda metade do século XX, houve uma grande renovação no movimento da arquitetura de museus, quando se criaram inovações em todas as suas partes, aparecendo novos princípios, principalmente nos EUA. Atualmente, a idéia de monumento foi substituída pelo conceito como “o lugar perfeito para mostrar, desfrutar e estudar os objetos expostos”. Assim, os museus mais recentes possuem características de aprofundamento de seu papel educativo, em especial na colaboração com escolas.

Para MONTANER *apud* ZEIN (1991), nos últimos vinte anos, com a ampliação de significados e de conteúdo que abrange o termo *museu*, torna-se cada vez mais difícil definir com precisão e determinar seus limites, onde as vastas desigualdades de utilização unem-se apenas pelo fato de serem edifícios que acolhem objetos especiais que podem ser vistos pelo grande público. Quanto às bibliotecas, a NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA (1998) as define como sendo toda coleção, privada ou pública, de obras escritas, o que inclui desde o edifício aos móveis destinados à guarda de seus volumes. Nas bibliotecas mais antigas, era comum haver em seus acervos desenhos, pinturas, medalhas e demais antiguidades. Já as atuais, principalmente as de grande porte, mantêm igualmente jornais, revistas, materiais audiovisuais e computadores interligados à Internet, além dos livros propriamente ditos.

Os templos egípcios, cerca de 3.000 anos antes da era cristã, já abrigavam grande quantidade de papiros científicos e teológicos. Acredita-se que a primeira biblioteca tenha sido a do faraó Ramsés II, o Grande (1301-1235 a.C.), embora se saiba que outra biblioteca importante da Antiguidade tenha sido a de Nínive, organizada por volta de 650 a.C., pelo rei assírio Assurbanipal (669-627 a.C.), e que continha tábulas com documentos literários, jurídicos e históricos. A mais célebre, contudo, foi a de Alexandria, criada no século III a.C., que tinha cerca de 700.000 volumes de papiros. Apesar de tudo isso, foi a civilização greco-romana que criou o sentido de biblioteca que

se tem nos dias atuais, ou seja, da própria origem da palavra, resultante da junção de *biblos* (livros) e *theke* (depósito). Os templos gregos possuíam bibliotecas e arquivos, sendo que no século V a.C., as grandes escolas de filosofia começaram a formar coleções para uso dos alunos, nascendo assim as bibliotecas institucionais, além das particulares já existentes.

De acordo com GRAEFF (1989), a primeira biblioteca pública foi instituída pelos gregos em 571a.C., mas foram os romanos que difundiram e popularizaram seu uso. Roma antiga chegou a ter mais de 20 bibliotecas públicas no século IV d.C., sendo as mais importantes a *Ulpiana*, localizada no fórum romano e erguida por Marcus Ulpius Traianus (53 e 117 d.C.); e a *Palatina*, fundada pelo imperador Caius Julius Caesar Augustus (63 a.C.-14 d.C.). Até então as bibliotecas eram apenas depósitos de rolos escritos que faziam parte de templos ou palácios. Entretanto, as bibliotecas sob influência da cultura helenística passaram a conservar também textos profanos, funcionando como órgãos de difusão do pensamento, sendo abertas aos eruditos, mesmo não pertencentes a classes sacerdotais ou nobres.

Segundo PEVSNER (1989), as verdadeiras bibliotecas públicas praticamente desapareceram nos séculos III e IV d.C., principalmente devido aos problemas sofridos com a ascensão dos reinos bárbaros na Europa. O ressurgimento deu-se somente em plena Idade Média, passando a serem instaladas em mosteiros, conventos e igrejas. As bibliotecas monacais foram as grandes condicionadoras de livros e guardiãs do acervo existente. Foram nelas que apareceram os *códices*, semelhantes aos livros atuais, assim como apareceram também as primeiras estantes para a guarda dos materiais. As bibliotecas medievais eram instituições estritamente sagradas ou religiosas, acessíveis somente para os sacerdotes ou aos que faziam parte de uma ordem ou algum corpo igualmente religioso, como uns poucos sábios, eruditos e professores. Contudo, existiam também bibliotecas particulares, montadas por grandes senhores, geralmente ligados ao clero, além das bibliotecas de universidades, uma vez que as primeiras, de certo modo, nasceram como um prolongamento das ordens eclesiásticas.

De acordo com a GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL (1998), a fundação das universidades representou um marco na história das bibliotecas, pois estes centros foram responsáveis pela laicização da cultura ocidental. Esta ocorreu durante o século XIII, devido à necessidade, cada vez mais evidente, da propagação da leitura, principalmente graças ao comércio e administração. As bibliotecas passaram assim a acompanhar a difusão das universidades e colégios, adquirindo um aspecto um pouco menos restrito. A biblioteca mais importante desse período foi a de *Sorbonne*, criada por volta de 1254 em Paris, pelo teólogo francês Robert de Sorbon (1201-1274), a qual mantinha acorrentados os livros de seu acervo, costume medieval para salvaguardar as obras.

Conforme GRAEFF (1989), as bibliotecas começaram a adquirir suas características modernas somente no decorrer do Renascimento. Foi a partir do século XV, que elas passaram por uma lenta transformação, marcada por quatro fatores de mudanças fundamentais: a *laicização*, na qual deixava de ter caráter religioso, não pelo conteúdo dos livros, mas pela natureza de sua administração, e adquirindo um caráter leigo e civil; a *democratização*, quando a biblioteca passou a ser realmente pública, aberta a todos, mudando seu sentido de conservação para o de difusão; a *especialização*, devido à difusão que implicava em atender aos mais variados gostos e necessidades; e a *socialização*, passando a biblioteca a ser um órgão dinâmico, possuindo uma função importante junto aos cidadãos.

A partir de então, houve um aumento em ritmo extraordinário da criação de novas bibliotecas, embora o mesmo não tenha ocorrido com a construção de edifícios específicos para elas. Foi somente na era contemporânea que surgiu uma metodologia de projeto específico para sua concepção e, no século XX, ocorreu a formação de grandes e importantes instituições. Uma das mais destacadas é a *Biblioteca do Congresso*, em Washington D.C. Neste mesmo período, difundiram-se as bibliotecas especializadas e paralelamente, sobretudo nos EUA, surgiram as primeiras escolas de biblioteconomia. Entre as maiores instituições da atualidade, pode ser citada a *Bibliothèque Nationale de France*, localizada em Paris.

Nos dias atuais, as bibliotecas são indispensáveis para a formação e desenvolvimento intelectual de uma sociedade. Portanto, devem ser funcionais e confortáveis, com acervo constantemente enriquecido. Há, inclusive, uma tendência de polimerização de bibliotecas e núcleos de pesquisas, através de uma flexibilização crescente do sistema, tendo em vista a evolução dos recursos de armazenamento de dados e informações, principalmente por meios eletrônicos. Hoje em dia existem, inclusive, bibliotecas virtuais, as quais podem ser consultadas através de computadores em qualquer parte do mundo.

Em relação aos teatros, também presentes em centros culturais da contemporaneidade, estes possuem origem também bastante remota, datando dos primórdios da civilização ocidental. De acordo com GRAEFF (1989), há vestígios da existência de áreas teatrais em ruínas, como as dos *Palácios de Cnossos e de Festo*, ambos surgidos por volta do século XX a.C.. Os teatros gregos primitivos começaram a ser construídos em pedra nos séculos V e IV a.C., o que demonstra a importância que esse tipo de edificação possuía. Nessa época, o teatro ainda tinha caráter religioso, estando sempre vinculado a algum santuário. Basicamente, os três elementos básicos do teatro foram definidos pelos gregos: a *platéia*, para os espectadores; a *cena*, para os atores; e a *orquestra*, para o coro. A partir do século VI a.C., o coro passou a ocupar um lugar do espaço circular e, assim, o teatro grego assumiu a forma semicircular.

Quanto aos romanos, existiam três tipos de teatro antes do Império: o *teatro cômico*, de pequenas dimensões e coberto por um telhado; o *teatro trágico*, com uma cena profunda precedida de ranhuras para o pano de boca; e o *anfiteatro*, com arquibancada de todos os lados, usada para combate de feras ou gladiadores, jogos e representações. Inicialmente, o teatro romano manteve as características do grego, mas foi sofrendo modificações conforme iam acontecendo mudanças nas representações. Aos poucos, o coro foi retirado, o que levou os espectadores a ficarem mais afastados do palco. A orquestra passou a ser um lugar reservado aos espectadores mais bem posicionados socialmente e o anfiteatro acabou sendo organizado por circulações radiais e anulares, segundo uma hierarquia, com a zona de bancos decrescendo de importância de baixo para cima. Ao lado da cena, passou a existir uma tribuna reservada ao magistrado que presidia a apresentação. Além disso, as apresentações não se baseavam mais apenas em temas religiosos, tornando-se um importante instrumento de dominação sobre a população.

Durante a Idade Média, segundo GRAEFF (1989), não houve a construção de edifícios especiais para teatros, devido às poucas manifestações cênicas, que em geral, eram apresentadas nos adros das catedrais e igrejas mais importantes, sempre de cunho religioso. Os teatros somente reapareceram no Renascimento, ainda com caráter provisório, o que perdurou até meados do século XVI. Os primeiros teatros permanentes começaram mesmo com o *Teatro da Academia Olímpica de Vicenza*, idealizado por Andrea Palladio (1508-1580), em cerca de 1580, sen-

do o mais antigo teatro renascentista ainda existente. A partir de então, o desenvolvimento do espaço cênico foi surpreendente, chegando até hoje.

Conforme SEGAWA (1982), após a *Revolução Industrial*, os sindicatos conquistaram direitos, os quais aumentaram o tempo livre da classe trabalhadora. Assim, o lazer passou a se constituir em uma das funções básicas da cidade, o que inclusive foi consagrado no urbanismo moderno através da famosa *Carta de Atenas* (1933). Entretanto, esse lazer deve ser conduzido de maneira construtiva pelo homem, agindo para o enriquecimento da própria cultura e a de sua comunidade. Com isso, a sociedade contemporânea passou a necessitar de novos espaços para o lazer. E assim, deu-se início a um processo que envolve elementos políticos, questões psicológicas e aspectos sociais, que estão presentes no campo das relações humanas, mantendo a cultura como sua estrutura básica. Foi a partir deste contexto que surgiu o termo *centro cultural*, que, basicamente, consiste em um local onde se aglutinam vários espaços culturais.

De modo geral, o surgimento dos centros culturais iniciou-se com as transformações e adaptações ocorridas nos museus, bibliotecas e teatros. Tais mudanças foram inevitáveis para possibilitar o atendimento da população menos favorecida, uma vez que, até então, tratava-se de lugares freqüentados apenas por burgueses de classe média e alta. Todo esse processo de transformação resultou em um espaço enxuto, mas complexo; reunindo múltiplas atividades voltadas às diferentes idades; orientando, ensinado, descontraindo e até mesmo preparando profissionais, com a preocupação de permitir que o indivíduo desenvolva suas experiências, e possibilitando o enriquecimento da sua personalidade, juntamente com o desenvolvimento de suas capacidades.

Segundo SILVA *apud* PEREIRA (2001), as origens do centro cultural contemporâneo datam do período segundo do pós-guerra, mais precisamente na década de 50, na França, com o início do movimento de valorização do tempo dedicado ao lazer. Os municípios franceses foram sendo incorporados a estas perspectivas e, para dar conta de todo esse crescimento cultural, algumas políticas começaram a ser traçadas, cujo reflexo estendeu-se até as bibliotecas municipais, que, para acompanhar o ritmo daquele momento, começaram a se transformar em centros culturais. Este processo culminou com a criação, em 1975, do *Centre National d'Arte et de Culture Georges Pompidou*, projetado pelos arquitetos Richard Rogers (1933) e Renzo Piano (1936).

Procurando exemplificar casos de centros culturais voltados para a população de baixa renda, podem ser citadas as chamadas “casas de cultura” da Inglaterra, México e Cuba. Na Grã-Bretanha, os centros culturais destinados às classes menos favorecidas são denominados *arts centers*, sendo sua principal função a de amenizar os efeitos negativos causados pela desigualdade social. Sempre voltadas para as artes, estas edificações não são somente locais para a ocupação do tempo, mas também para treinamento profissional de atividades artísticas e técnicas. Já no México, as *casas de cultura* têm como objetivo aumentar a qualidade da educação, elevando o grau cultural e a eficiência do sistema educacional. Para isso, são previstos em seus programas: oficinas livres, exposições de arte, peças teatrais, cinema, dança, conferências e debates, incentivando e divulgando a prática da cultura regional. Sendo a cultura popular a preocupação básica da política cultural mexicana, tais centros buscam o resgate, através da educação, da identidade cultural da nação.

Em Cuba, é a educação que, praticamente, determina qualquer ação na área da cultura, pelo fato de ambas estarem intimamente relacionadas. As citadas *casas de cultura*, nesse caso, estão direcionadas a atividades de caráter patriótico. Tais instituições têm como objetivos: levar a população a participar de atividades artísticas e culturais, vinculando toda a comunidade em seu movimento; incentivar e organizar círculos de amigos e oficinas, promovendo festivais, exposições e encontros; e procurar engajar membros da comunidade no trabalho da casa, captando alunos para o sistema de ensino artístico.

Finalizando, um centro cultural deve sempre buscar no dia-a-dia orientar crianças, jovens, adultos e idosos, na descoberta do mundo através da arte. Desta forma, sempre refletirá a cultura de uma sociedade. Para tanto, deve promover ações que visem socializá-la e discuti-la, conquistando seu público e mostrando-se atraente e interessante para todas as pessoas. Deve, em suma, funcionar como um irradiador de idéias novas e provocadoras; como um livre espaço para manifestações, onde o importante seria não expor respostas prontas, mas criar meios de reflexão e debate, pois, é a partir deste ponto que o centro cultural será útil, tornando-se capaz de abrir novos caminhos de interesses intelectuais e artísticos, constituindo, enfim, uma via de auto desenvolvimento para cada indivíduo

CONCLUSÕES

A partir das necessidades humanas, individuais e sociais, sabe-se que a simples sobrevivência é insuficiente para a humanização da vida, uma vez que o homem sente a carência de crescer, de desenvolver sua parte física e espiritual. Para isso, requer a satisfação de necessidades culturais, religiosas, educacionais e comemorativas, entre outras. O ambiente e a divulgação da cultura fazem parte de uma realidade diretamente ligada às questões políticas, sociais e econômicas do meio no qual o homem está se desenvolvendo. Desta maneira, pode-se usar o termo *espaço cultural* para designar todos os lugares destinados às atividades voltadas para a cultura, transformando-se assim em um local aberto para receber qualquer tipo de expressão cultural e sua constante metamorfose, principalmente atraindo o público para se identificar com sua própria realidade.

Paralelamente, pode-se considerar o *folclore* como uma faceta da cultura, onde se criam formas anônimas de modo popular, coletivo, persistente, tradicional e divulgado através dos sistemas comunitários não-eruditos ou da comunicação do saber. Logo, consistiria em uma espécie de cultura ingênua não-oficial, em que, mesmo vindo de expropriação e imposição do passado, resiste nas maneiras de pensar, agir e fazer de um povo. Sendo chamado por alguns como *o poder dos fracos*, expressando a vida e as lutas das classes populares, defendendo-se de formas próprias, diz-se que o fato folclórico encontra-se nas origens dos nossos hábitos tradicionais e técnicos, ou seja, faz parte de nossa cultura material e espiritual. O folclore existe em nosso centro de convivência; e somos nós os portadores do folclore em nossa linguagem diária, nos nossos hábitos familiares e em nosso comportamento, nos julgamentos que fazemos sobre as coisas e as pessoas.

Diante disso, pode-se dizer que o conceito de *centro cultural* é bastante amplo, pois seus programas são muito flexíveis, variando com o objetivo pelo qual foi criado, embora sua função seja universal. Sendo destinado para ser um ponto de encontro de ações culturais – um

local ecumênico –, deve abrigar sempre espaços dedicados à educação e ao lazer, tais como exposições, oficinas, auditórios, áreas livres para diversas manifestações artísticas, bibliotecas e videotecas, entre muitos outros. Historicamente, observa-se que a idéia de aglutinação de espaços com o objetivo de resgate cultural não é nenhuma novidade, como já citado através dos exemplos do *Museu e Biblioteca de Alexandria*, um complexo cultural criado por Alexandre, o Grande, cujo intuito básico era o de difundir a cultura helenística.

REFERÊNCIAS

BIDERMANN, M. T. C. *Dicionário contemporâneo de português*. Petrópolis RJ: Vozes, 1992.

BRANDÃO, C. R. *O que é folclore*. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1988.

CASTELNOU, A. M. N. *Teoria da arquitetura I*. Londrina (Apostila), Centro de Estudos Superiores de Londrina – Cesulon, 1999.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA GLOBO. Porto Alegre: Globo, 1977.

GRAEFF, E. A. *Edifício*. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1986.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

JOHNSON, A. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KUPTAS, M.; CAMPOS, M. T. A. *Literatura, arte e cultura*. São Paulo: Ática, 1988.

MARX, M. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1998.

OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PEREIRA, P. R. S. *Centro de lazer cultural: uma proposta para a região do marco zero de Londrina*. Londrina: Trabalho Final de Graduação, Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil, 2001.

PEVSNER, N. *História de las tipologias arquitectónicas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1989.

SANTOS, J. L. DOS. *O que é cultura*. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1983.

SEGAWA, H. Espaços para o lazer: o direito ao ócio. In: *REVISTA PROJETO*. São Paulo: n.42, jan.1982.

ULLMANN, R. A. *Antropologia: o homem e a cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

ZEIN, R. V. Duas décadas de arquitetura para museus. In: *REVISTA PROJETO*. São Paulo: n.144, ago.1991.